

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa;
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB);
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni;
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo;
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB);
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho;
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB);
1.º Secretário — Ivo Tomazoni;
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva;
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB);
4.º Secretário — Rosário Pitelli.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz;
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB);
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti;
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato;
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB).

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB).

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Satrio

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB).

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 194.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 30 de Novembro de 1.972 - (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Gilberto Carvalho.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiraldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Borsari Neto, Fabiano Braga Côrtes, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença da 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 135-72, Veto apostó ao Projeto de Lei n. 171-70, de autoria do Sr. Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar um Girasol Estadual, em Telêmaco Borba e dá outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para próxima segunda-feira, dia 4, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 137-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 195.ª Sessão Ordinária

Realizada em 30 de Novembro de 1.972 - (5.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiraldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Borsari Neto, Fabiano Braga Côrtes, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução ns. 35-72 e 36-72 e aos Projetos de Lei ns. 143-72, 146-72, 187-72, 195-72, 198-72 e 201-72.

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 175-72.

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei ns. 53-72, 54-72 e 175-72.

— de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 197-72.

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando Regime de Urgência para votação do Projeto de Lei n. 130-72.

— de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei ns. 195-72 e 198-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUEIR seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, u mvoto de grande regozijo pelo transcurso do cincoentenário de fundação da Colônia Leta, radicada em Vila Verpa, Município de Tupã, Estado de São Paulo, cuja efeméride ocorreu no dia 1.º de novembro e foi ali festivamente comemorado nos dias 11 e 12 do corrente.

As razões da apresentação deste requerimento estão amplamente justificadas no histórico que ilustra o presente pedido.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente dê-se ciência à Colônia Verpa, ao Jornal Batista e ao Batista Paranaense.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 1972

a) Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A 1.º de novembro de 1922 foi fundada no interior do Estado de São Paulo, uma das maiores e mais prósperas colônias de emigrantes estrangeiros do Brasil a Colônia Verpa.

Erão cerca de 2.500 europeus, quase todos evangélicos batistas, vindos da Letônia, um dos países bálticos que mais haviam sofrido as devastações da I Guerra Mundial, depois de 700 anos de domínio estrangeiro. Ainda que em 1918 tivesse alcançado, a muito custo, a sua independência política, pressentia-se que novas ameaças de conflitos armados surgiam no horizonte, aos quais o pequeno país não teria condições de resistir, dadas as proporções das duas grandes potências — Alemanha e Rússia — entre cujos territórios a Letônia se situa. Assim que, entre os fins de 1922 e meados de 1923, formou-se ali um grande movimento de emigração de pessoas ansiosas por um clima de liberdade de pensamento, de crença e de trabalho. Essas pessoas escolheram o Brasil como sua nova Pátria.

Esses emigrantes letos (ou letões) fixaram-se numa área de terra de 2.000 alqueires (quase 50 quilômetros quadrados), por eles adquirida, coberta de uma densa mata virgem, à margem do Rio do Peixe, a 650 quilômetros da Capital de São Paulo e 32 kms. da estação de Sapezal que então era a penúltima parada dos trens da Estada de Ferro Sorocabana, no Município de Campos Novos, Comarca de Assis.

Seu espírito empreendedor, sua vontade indômita de vencer todos os óbices, sua tradição eminentemente agrícola e seu zelo religioso, transformaram, em poucos anos aquela vasta área de mata virgem em sítios e pomares primorosamente tratados, semeados de belas residências, escolas e templos, abrindo estradas por conta própria e construindo um hospital. Levaram assim as primeiras luzes do progresso material, intelectual, moral e espiritual aos sertanejos de uma região de mais de 5.000 kms.², ao tempo, sem assistência de qualquer espécie, com o exemplo de seus trabalhos e através da obra de evangelização e de alfabetização.

Hoje Verpa é um dos Distritos mais prósperos do Município de Tupã, depois de ter pertencido aos Municípios de Campos Novos, Marília e Pompeia, que receberam os tributos de Verpa para seu desenvolvimento.

O grande espírito de trabalho e desenvolvimento que ali sempre se verificou, expandiu-se por quase todas as partes do Brasil, beneficiando a muitos setores: Aqui no Paraná contamos com a grande colaboração de mais de uma dezena destes valores que têm prestado inestimáveis serviços à coletividade, dentre os quais podemos citar em Curitiba, os conhecidos: Professor e Pastor Paulo Gailit e o Pastor Werner Kruguer; e em nosso litoral na ajuda do povo ribeirinho, estão dois grandes baluartes ao atendimento social e espiritual nas pessoas dos Pastores João Pupols e João Weidmann da Igreja Batista. Homens de extraordinário ideal, que deixam indelevelmente marcado nas histórias das regiões e de nosso Estado o amor e dedicação a causa cristã que abraçaram.

Além destes, muitos outros letões poderiam ser citados, que trabalham e vivem não só em Curitiba e litoral como também nas cidades de Pato Branco, Renascença, Porto União, Londrina e Maringá.

A nossa homenagem à Colônia representará o reconhecimento e a gratidão do povo paranaense, especialmente aqueles que para aqui vieram para ajudar-nos no engrandecimento cada vez maior.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a retirada das Emendas de minha autoria oferecidas ao Projeto de Lei n. 202-72 — Mensagem mn. 59-72, que dispõe sobre a criação do FUNRESAN e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1972.

a) João Fadel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado requer, ouvida a Casa, sejam observadas as normas Legislativas constantes do artigo 189 e seguintes do R.I., para a elaboração referente a Mensagem n. 52-72, tramitando sob o n. 195-72 como Projeto de Lei.

Assim, tem sido observado, inclusive com a Lei Orgânica dos Municípios, que é a Lei Complementar a Constituição.

JUSTIFICAÇÃO:

Oral, durante a discussão do Projeto em foco.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1972.

a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo esta Casa recebido do Excelentíssimo Senhor Secretário de Viação e Obras resposta ao pedido de informações formulado sobre a ampliação da rede telefônica de Curitiba e a situação financeira da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e considerando os termos dos esclarecimentos prestados, transferindo ao Governo Federal a responsabilidade por atos da concessionária, requeiro o Deputado que adiante subscreve, ouvida a Casa, encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações expediente nos seguintes termos:

Senhor Ministro:

Respondendo pedido de informações formulado por esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sobre a ampliação da rede telefônica de Curitiba, atribuiu o Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas à responsabilidade desse Ministério várias das decisões adotadas.

Assim sendo, história-se a Vossa Excelência os esclarecimentos prestados pela autoridade local sobre as atividades da Companhia de Telecomunicações

do Paraná — TELEPAR, para ao final formular apelo que, atendido, defenderá os interesses de 20 000 usuários ou promitentes usuários que ora contribuem com auto-financiamento para implantação das novas linhas.

Estranhou esta Assembleia — e sobre isso pediu informações à autoridade local — o preço solicitado aos candidatos às novas linhas telefônicas, de Cr\$ 4.099,00 por assinatura, quando o custo é bem menor em São Paulo. Rio de Janeiro, Santa Catarina e até mesmo Londrina, no Norte do Paraná. Respondeu o Secretário de Viação que tal preço foi autorizado por esse Ministério (Portaria n. 415, de 23-8-72) e pelo DENTEL (Portaria n. 2.070, de 1-10-72), quando quer-nos parecer que tais ordens legais são meramente disciplinadoras, sem abrangerem especificamente a ampliação local.

Por outro lado, tratando-se de auto-financiamento, não compreendeu esta Assembleia porque a TELEPAR cobra uma importância Cr\$ 4.099,00 para os usuários que recolhem de uma só vez e, aos que usem parcelamento, cobre não só correção monetária, mas também juros, e que inicie a captação de recursos quando não foi sequer aberta concorrência pública para fornecimento dos equipamentos necessários.

Estranhou-se, também, a informação da Secretaria de Viação e Obras locais, de que o dinheiro arrecadado entre os futuros usuários será transferido para conta bloqueada do Banco do Estado do Paraná, por decisão dos conselhos diretor e de Administração da TELEPAR. Manter dinheiro parcelado, no entender da maioria, seria permitir que se deteriorasse. Na última ampliação de linhas verificada em Curitiba, constituiu-se um Fundo Financeiro que reaplicado, permitiu a compra das novas instalações e o rateio de dividendos razoáveis entre os usuários.

Isto posto, Senhor Ministro, e como a TELEPAR e o Governo local atribuem a esse Ministério e ao DENTEL as bases do plano de venda de novos telefones que lançou ao público, vem este apelo da Assembleia Legislativa do Paraná para que determine à TELEPAR, ou a influencie nesse sentido, providências acatadoras dos recursos dos promitentes usuários:

a) — seja o dinheiro arrecadado mensalmente, e não utilizado de imediato, reinvestido temporariamente, até sua aplicação em equipamentos, em Bônus do Tesouro Nacional ou Letras Imobiliárias do Banco Nacional de Habitação;

b) — considerando a rentabilidade desses Bônus e Letras, em correção monetária e juros, sejam recalculados os preços das novas linhas e abolida a cobrança de juros sobre o investimento, figura inédita na história das administrações públicas.

Na certeza de que Vossa Excelência ouvirá este apelo, formulado em nome de 20.000 curitubanos, e fundamentado na lógica, esta Assembleia Legislativa renova as mais eloquentes expressões de consideração e alto apreço.

Na expectativa de aprovação pelos Nobres Pares, subscreve,

a) Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 212-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação e melhoria, o trecho situado no Estado do Paraná da estrada que liga o município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de novembro de 1972.

a) Aryzone Araújo

JUSTIFICATIVA:

A estadualização do trecho de estrada que liga o município paranaense de Marmeleiro a Campo Erê, em Santa Catarina, apresenta, sem dúvida, inegáveis benefícios para o nosso Estado, pois, oferecendo uma opção de trânsito para diversos municípios catarinenses, em muito auxiliará o comércio e a economia em geral da região limítrofe paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Fina a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o pequeno Expediente. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos traz à Tribuna nesta tarde é o de tecer algumas considerações a respeito do exame psicotécnico que o DETRAN vem exigindo para aqueles que desejam possuir ou renovar a sua carteira de habilitação.

Sr. Presidente, entendemos que o objetivo maior do DETRAN ao exigir o exame psicotécnico em todo o Paraná prende-se à necessidade de se melhorar o nível dos motoristas que trafegam pelas estradas do Paraná, que dirigem veículos em nossas rodovias, por sinal bastante perigosas.

No verdade, Sr. Presidente, após também prestarmos este exame, podemos sentir que este requisito talvez não melhore em nada o gabarito dos motoristas do Paraná. É um exame de nível baixo e apenas traz um aborrecimento ainda maior para a população de nosso Estado que normalmente se vê obrigada a perder horas e horas de trabalho em filas em várias repartições públicas, às vezes buscando documentos ou tentando requerer uma segunda via. Agora, então, a dor de cabeça aumentou com a exigência do exame psicotécnico. O cidadão tem que procurar dois locais, ou seja, a Universidade Católica e o DETRAN, realizando o psicotécnico em duas partes. É uma perda de tempo e mais uma preocupação para todos que desejam renovar ou retirar sua carteira de habilitação.

Sentimos que o gabarito atual do exame psicotécnico é realmente chocante, é de um nível realmente baixo e gostaria desta Tribuna, de fazer um apelo ao Dr. Marcos Prado para que mude as normas atuais do exame psicotécnico.

Recebemos informações, inclusive de nosso colega Lázaro Dumont, de que em São Paulo e em Santa Catarina o psicotécnico não vem sendo exigido, apesar de ser Lei do Conselho Nacional de Trânsito, porque tanto em São Paulo como em Santa Catarina o DETRAN não tem condições para a prestação de tal exigência.

Vemos aqui equipes percorrendo o interior do Estado, vemos filas enormes em nossa Capital de homens que trabalham, que têm pouco tempo disponível e se vêem forçados a permanecer horas na Universidade Católica e no DETRAN para a prestação de tal exame.

Se fosse dentro de um outro sistema e gabarito que viesse inegavelmente melhorar o nível dos motoristas de nosso Estado, seríamos os primeiros a fazer elogios para a realização do exame psicotécnico. Mas do modo como vem sendo feito no Paraná, em nada adiantarão as exigências do DETRAN. Apenas, quem sabe, para melhorar a caixa arrecadadora do DETRAN.

Nestas críticas vai também a esperança de que o DETRAN possa proporcionar alguma forma mais útil e produtiva para trazer benefícios aos profissionais do volante de nosso Estado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Se por um lado merece o Governo elogios porque determinou que a firma vencedora da concorrência para asfaltamento da estrada Garuva-Guaratuba, por outro lado, queremos fazer considerações, não propriamente tecer críticas, mas fazer considerações, do descaso com que vêm sendo tratados os veranistas que, nos fins de semana se dirigem ao balneário paranaense de Guaratuba. Esse descaso, nós sabemos, não cabe culpa nenhuma à atual Diretoria do DER. Não sei porque razão o Governo ainda não liberou a verba de cerca de 84 mil cruzeiros, uma importância relativamente irrisória, dada a importância dos serviços que prestam os "ferry-boat", verba essa que será destinada à aquisição de novos motores. E o que temos presenciado é o sacrifício extraordinário para os veranistas que se dirigem à Guaratuba. Ainda no último domingo, a espera foi, em média, de cinco horas, para se conseguir um lugar no "ferry-boat", porque só têm duas unidades trabalhando, e ainda com meia força. Porque, como todos sabemos, cada unidade é dotada de dois motores, e estando um deles avariado, o "ferry-boat" trabalha apenas com um motor, transportando a metade de sua capacidade, demorando, portanto, o dobro do tempo.

Aproveitamos esta oportunidade para fazermos um apelo ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. que já demonstrou sensibilidade pública e, porque não dizer, sensibilidade política em determinar que se iniciassem, imediatamente, as obras de asfaltamento da rodovia Garuva-Guaratuba, porque sabemos que essa estrada será a redenção para os balneários paranaenses, porque o grande fluxo de veranistas que se dirigirá à Guaratuba, principalmente, compensará os gastos com essa estrada. Então, se S. Exa. teve tanta sensibilidade pública em determinar o asfaltamento dessa estrada, porque não liberar a verba de 84 mil cruzeiros para dar atendimento aos balneários paranaenses?

Portanto, nosso apelo ao nobre Deputado João Mansur para que leve ao conhecimento do Sr. Governador do Estado o nosso pedido para que essa verba seja imediatamente liberada, porque sabemos que a Companhia concessionária só entregará os motores mediante pagamento à vista. Estão os "ferry-boat" parados, irritando o povo com aquela espera que, às vezes, é prejudicial à saúde, principalmente das crianças, que ali ficam, como já disse, cinco horas, em filas intermináveis.

E ainda com relação ao DER, não sei porque a má vontade do Governo para com aquele Departamento. Ou se dá aquele Departamento condições de funcionamento, ou se fecha o DER. Porque, como está não tem condições de cumprir funções tão importantes para o desenvolvimento de nosso Estado, pois que tem a seu cargo não só a conservação das rodovias, como também a construção de novas. E o que estamos presenciando é que o Governo do Estado não tem dado o atendimento, o apoio que merece um Departamento tão importante como o DER.

Verbas que não são liberadas, má vontade para com a atual direção do DER. Inclusive engenheiros do DER percebendo salários de fome. E aí vai um paradoxo, o engenheiro que tem a responsabilidade de fiscalizar as obras dos empreiteiros particulares, das firmas empreiteiras, que têm a responsabilidade de medição dos serviços entregues, para posterior pagamento, percebe cerca de 2 mil cruzeiros mensais. O menos graduado dos engenheiros dessas firmas empreiteiras, que são fiscalizados pelos engenheiros do DER, percebe 7 mil cruzeiros. O que se vê é uma verdadeira aberração.

Os engenheiros do DER que têm a responsabilidade de fazer a medição para determinar o quantum que deve ser pago, percebem um vencimento irrisório; depois ainda querem que exista gente honesta no serviço público. Um cidadão engenheiro formado, com curso superior, percebe 2 mil cruzeiros. Com esse dinheiro o que pode fazer? Tem uma responsabilidade enorme sobre as obras, percebendo um salário de fome. Principalmente quando sabemos que no próprio Estado ainda existe uma distinção na classe dos engenheiros.

Engenheiros da SANEPAR percebem 4 a 5 mil cruzeiros, porque trabalham em regime de C.L.T., mas no DER, trabalham as mesmas 8 horas por dia e às vezes até 10 ou 12 horas, e percebem, com o terço, 2 mil cruzeiros mensais.

Não vejo porque esse tratamento desigual na mesma classe funcional. Já está em tempo do Governo voltar suas vistas para corrigir essas injustiças, mesmo porque sabemos que a estrutura administrativa do Governo está sob a responsabilidade de uma determinada classe de servidores, que são os que têm a incumbência de fazer andar a máquina administrativa do Estado.

Então esses homens precisam ser melhor remunerados. Não podem ficar assim esperando por aumentinhos de 12% que vêm anualmente. Primeiro vem 8% de abono, depois mais 12%. Esses homens, muitas vezes têm que meter a mão na cambuca para sustentar a família. Parece que não se quer que haja elementos honestos no serviço público, pagando-se apenas o que se paga. No fim do mês o servidor não tem dinheiro para matar a fome de seus filhos. Não digo que isso esteja acontecendo, que os servidores não sejam honestos, mas às vezes o funcionário é obrigado a sair para um caminho desaconselhável.

Eram essas as considerações que queria fazer, formulando um apelo ao Líder do Governo: sabemos que há dias, no interior do Estado, o Sr. Governador disse que só levam a ele fórmulas para gastar dinheiro, e que ninguém leva uma fórmula para arrecadar dinheiro. Mas, afinal de contas, a vida é assim mesmo. Se tem gente demais no Estado, que se demita os que estão em excesso, mas os funcionários que permanecerem, que forem considerados úteis à administração, sejam considerados. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Dr. Ciro Martins, digno Presidente da Associação Paranaense dos Municípios.

Concedo a palavra, no pequeno Expediente, ao sr. Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, terceiro orador inscrito.

O SR. ANTONIO FERREIRA DA COSTA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O motivo de minha presença na Tribuna na tarde de hoje, é para in-

formar ao Deputado Erondy Silvério sobre o problema que S. Exa. acabou de abordar, com relação ao "ferry-bot" de Guaratuba, pois que, em estado naquela cidade, pude verificar junto ao órgão do DER, que o "ferry-bot" a que se referiu S. Exa., já se encontra com dois motores novos, praticamente instalados e recuperados e já houve pedido da firma que entregou os motores para recuperação do "ferry-boat", para que se testassem dois motores apenas, que ela faria a concessão de entregar mais motores, para que não se interrompesse o tráfego marítimo daquele importante balneário paranaense.

Com relação a construção da estrada que liga Guaratuba a Garuva, tivemos oportunidade também de verificar que o DER já iniciou sua obra de construção e asfaltamento da referida estrada. As verbas para este Departamento já foram liberadas, bem como aprovado o convenio feito com Santa Catarina, para a construção da referida Estrada. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à ORDEM DO DIA.

A Presidência pede escusas porquanto havia ainda oradores inscritos para o Grande Expediente.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr Presidente, srs. Deputados.

Estamos aqui para apresentar um requerimento, que se for aprovado será dirigido aos srs. Ministros dos Transportes, Fazenda e Planejamento. O que estamos notando em nosso Estado é um grande número de entidades assistenciais que tem adquirido veículos próprios para poderem executar o melhor atendimento às pessoas mais necessitadas e também um grande número de sindicatos de trabalhadores de diversas categorias, que hoje possuem uma quantidade razoável de veículos e que estas viaturas são todas elas usadas em benefício de trabalhadores ou pessoas que necessitam de assistência e a nossa proposição, no dia de hoje, é para pedir a estes Ministros que incluam estas entidades de trabalhadores e entidades assistenciais entre aquelas que gozam da dispensa de taxas rodoviárias e de licenciamento. Assim teríamos estes veículos dispensados do pagamento dessas despesas e este dinheiro seria usado em benefício daqueles que necessitam de assistência. Nestas condições, passo a ler o Requerimento que estamos dirigindo aos Ministros da Fazenda, dos Transportes e do Planejamento. (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

REQUER.

ouvido o Plenário, sejam endereçados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Fazenda, dos Transportes e do Planejamento, apelando no sentido de serem incluídos os veículos de propriedade dos sindicatos de Trabalhadores e das entidades assistenciais na relação dos isentos do pagamento da taxa Rodoviária Única, constante do artigo 3.º, do Decreto-Lei n. 999, de 21 de outubro de 1969.

Sela das Sessões, em 30 de novembro de 1972

(a) Lázaro Dumont".

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araujo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Emilio Carazzai, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para os 'Projetos de Lei n.s 195 e 196-72. — Aprovado.

De acordo com o requerimento de preferéncia aprovado:

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 195-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 52-72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. REGIME DE URGENCIA. Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir)

Sr. Presidente e srs. deputados.

O Projeto de Lei n.º 195-72, que é um dos mais volumosos que nesta legislatura tramita pela Casa, tem a sua origem na Mensagem Governamental de n. 52-72, é o próprio arrazoado do Poder Executivo.

Verifica-se que se trata de uma consolidação de leis e não simplesmente de lei pura e simples que esteja tramitando por esta Casa.

O incluso anteprojeto de lei, confessa o Poder Executivo, visa fundamentalmente consolidar num só diploma as normas legislativas esparsas de origem nacional e estadual, concernente ao imposto sobre operações realizadas, bem como aperfeiçoar conceitos anteriores com base nas experiências constitucionais n. 18 de 1.º de dezembro de 1965.

As já desenvolvidas desde a reforma tributária advindas com a emenda

Quando tramitou este Projeto pela CCJ, embora isto não conste da ata, vemos a oportunidade de nos pronunciarmos naquela Comissão em torno de se tratar de um Projeto de lei volumoso demais, para ser encarado como um simples Projeto de Lei; e entendemos superficialmente, entretanto, que se tratava isto sim, da tramitação de um código tributário estadual; conseqüentemente, sujeito às normas legislativas diferentes daquelas a que está submetido.

Entretanto, como naquela ocasião não nos era possível estudar a matéria, porque se trata de uma matéria exaustiva, procuramos colher os dados necessários para registrar nesta Casa, esta nossa opinião sobre a matéria.

Fomos inicialmente nossa biblioteca, da qual colhemos os seguintes esclarecimentos do que seja um Código. E faço a leitura do que aqui se acha escrito, nesta Casa, para tirar a impressão de que eu esteja argumentando com base num pensamento pessoal, numa idéia pessoal, numa conclusão personalista.

"Código: Sistema de leis, compilado ou não que se ocupa de um conjunto de matérias da mesma natureza", e outras coisas mais, estão aqui, esclarecedoras sobre a matéria.

Ora, o Regimento Interno para bem dizer, vem louvar aquilo que está dito na apresentação da Mensagem, quando a Mensagem diz — "visa consolidar em um só diploma, as normas legislativas expressas".

No capítulo V, encontramos, como título da matéria tratada no regimento interno: "Dos Projetos de Código ou de consolidação de leis. Art. 189. Apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo mandado a imprimir, a fim de ser distribuído".

"§ 1.º — A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de 60 dias".

Justifica-se este critério do Regimento Interno, porque ninguém, pode, em sua consciência, nos interregnos de uma sessão para outra ou durante o tempo em que fica em pauta a matéria, principalmente num período eleitoral, como foi este em que adentrou esta matéria, tomar conhecimento do assunto que é maciço, que é longo, e que encerra todos os aspectos da legislação tributária no Estado do Paraná.

Vejam os senhores que, quase no mesmo sentido, tramita por esta Casa, a Lei Orgânica dos Municípios.

Com relação à matéria, para que os srs. Deputados tenham uma idéia, da complexidade desta Consolidação de Leis, além do que foi dito, basta que se manuseie a proposição para se verificar a série de capítulos e artigos que começam por definir o que seja "fato gerador", "base de cálculo", "as várias condições e hipóteses de cálculos do ICM, o estabelecimento da "alíquota", a definição do "sujeito passivo", do "contribuinte", dos "responsáveis", da "responsabilidade solidária", etc.

Fosse matéria de menor importância, mesmo assim estaria tramitando indevidamente, em nosso entendimento, por esta Casa, com nulidades insanáveis, porque não são observadas, para tramitação, as disposições do Regimento Interno da Casa.

Com fundamento portanto, nos artigos 189 e seguintes do Regimento Interno e de conformidade com o que nos faculta o artigo 184, estamos encaminhando à Mesa um requerimento que visa dar à matéria o seu encaminhamento devido, fazendo com que ela retorne aos seus trilhos competentes e tenha o seguimento normal em sua elaboração legislativa.

O art. 190 do Regimento Interno estabelece que "Enviado à Assembléia, pelo Governador, qualquer projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será eleita Comissão Especial, nos termos do § 2.º do artigo anterior, seguindo os trâmites referidos nos parágrafos seguintes desse artigo".

Acredito que o assunto parece por demais claro e não é minha intenção debater o mérito do projeto, se bem que se trate de matéria da mais alta relevância para a vida econômica de nosso Estado, principalmente para o Comércio que irá receber uma consolidação de todas as leis tributárias existentes e em vigor no Estado.

Muitos dos Senhores têm sentido, e isto falo de modo geral, na vigência da atual lei, que há distorções, que há episódios de sacrifício e de injustiças para os comerciantes, como foram os casos de convênios celebrados e posteriormente revogados e ainda posteriormente revalidados, sem ser dado conhecimento destes convênios ou de sua realização aos comerciantes.

Os comerciantes acabaram sofrendo muitas vultossíssimas, porque as próprias repartições estaduais conferiram guias de isenção, porque elas também ignoravam as resoluções tomadas pelo Governo do Estado.

A matéria é por demais importante como vêm VV. Exas.

O Sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. finalizou o seu pensamento dizendo aquilo que eu pensava dizer inicialmente este aparte: a matéria é por demais importante para ser apreciada e aprovada assim rapidamente mesmo que não contrariasse dispositivo de ordem legal, como evidencia V. Exa. através de seu pronunciamento, mesmo que isso não ocorresse, creio que seria este o momento para esta Casa agir com cautela, procurando respaldo para o contribuinte porque é sobre ele que vão incidir as majorações; procurando corrigir distorções que acarretam dificuldades ao empresariado médio e pequeno de nosso Estado.

Quero, então, solidarizar-me com o pronunciamento de V. Exa. e com a idéia de V. Exa. para que esta Casa analise, com mais vagar, com mais tempo, a matéria, constituindo para tal fim, uma comissão especial ou, então, o retorno à Comissão devida, dando-se assim oportunidade de se oferecer ao Paraná um Código aperfeiçoado ao máximo. Então, na oportunidade, seriam ouvidos todos os setores, através desta Casa; até se iria mais longe, ouvindo-se as entidades de classe, as Associações Comerciais de nosso Estado para que esse diploma represente uma consolidação harmônica entre os interesses do Estado e as classes produtoras paranaenses.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Agradeço a contribuição valiosa à minha modesta assertiva principalmente de V. Exa. que sempre foi, nesta Casa, estudioso da matéria. Muito obrigado.

Concedo, com muita honra, aparte ao nobre Deputado João Mansur.

O sr. João Mansur. — Nobre Deputado, queremos mais uma vez, cumprimentar V. Exa. pelo zelo com que trata de todos os assuntos aqui nesta Casa.

Mas, nobre Deputado, V. Exa., há de convir conosco que essa matéria foi estudada por mais um ano pelos órgãos responsáveis pelas finanças do Estado. A matéria passou pelos crivos das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Portanto, não vejo o porque dessa preocupação de V. Exa. para com os homens do comércio e da indústria de nosso Estado. Porque, como dissemos no início de nosso aparte, a matéria foi devidamente estudada por elementos gabaritados da Secretaria da Fazenda e pelos srs. Deputados que integram as Comissões técnicas de nosso Poder.

Estas as razões que desejamos que a matéria seja aprovada na tarde de hoje a fim de que possa, realmente, ser implantada no dia 1.º do mês de janeiro do ano que vem.

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, o problema levantado por V. Exa. neste momento, segundo meu entendimento, tem perfeito amparo. Eu até diria que teria de chegar a hora desta Assembléia fazer valer os critérios técnicos, porque a atual Constituição Estadual, no seu artigo 26, dispõe que as leis complementares à Constituição, serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados, nos demais, os termos da votação das leis ordinárias.

No parágrafo único, dispõe que consideram-se leis complementares, a Lei Orgânica dos Municípios, o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado, o Estatuto do Ministério Público, o Estatuto da Polícia Civil do Estado, o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, o Estatuto do Magistério, o Código Sanitário, a Lei Orgânica do Conselho de Contribuintes e, finalmente, outras leis de caráter estrutural, incluídas nesta categoria, pelo voto preliminar da maioria absoluta dos membros desta Assembleia.

Ora, a lei em exame consolida, reformula e amplia o imposto de circulação de mercadorias, e se me afigura, efetivamente, uma lei de caráter estrutural. Eu só não daria a essa lei o caráter de código tributário, porque não está incluído o imposto de transmissão, também de competência do Estado. Todavia difere o ICM do tributo básico na divisão de competência tributária, como na Constituição Federal, também entendo que essa lei deveria ter recebido tratamento técnico mais adequado.

Agora, realmente conjugando com o Regimento Interno da Casa, a sua tramitação deveria ocorrer sob outro balisamento e não da maneira normal e ordinária com que foi feito. Isso posto, por um critério regimental técnico, sem entrar no mérito do que dispõe a Mensagem Governamental que encaminhou a lei, sem entrar no mérito, também, da conveniência de consultar clubes de serviço e outros órgãos que militam na indústria e comércio do Paraná e repito por um critério eminentemente técnico, entendo que essa lei é de caráter estrutural dentro da terminologia consagrada pela nossa Constituição Estadual.

Então, aproveito este momento, para opor a minha concordância com a tese que V. Exa., com brilho costumeiro, defende de sua tribuna.

O SR. MUGGIATI FILHO — Recebo com muita honra a valiosa contribuição de V. Exa., principalmente pela juridicidade da explanação de V. Exa., por ter destacado bem essa diferença que eu realmente não fiz, porque apenas me reservei a ler aquilo que o próprio Governo do Estado escreveu.

Realmente, o que caracteriza a tramitação de uma consolidação de leis, embora não se trate realmente de um Código Tributário estadual, é isso. Mas, quero agradecer a valiosa contribuição de V. Exa., de vez que não estamos pretendendo, em absoluto, colocar em dúvida ou em choque o mérito do projeto que foi muito bem elaborado, pelo menos aparentemente, o que se nota é isso.

E respondendo ao eminente Líder do Governo, Deputado João Mansur, quando S. Exa. diz que a matéria foi muito bem estudada, devo dizer que não dissemos o contrário, mas acima desse estudo, que deve, realmente, ter sido metucioso, V. Exa. há de convir também, que a própria justificativa do projeto nos autoriza a essa argumentação. E ademais, por mais metuciosa que seja, por mais sábia que seja a elaboração do anteprojeto da Mensagem do Governo, não pode ela implicar em que se derroquem as atribuições dos Deputados estaduais que são específicas, de legislar.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Muggiati Filho, desejo inicialmente louvar o cuidado que tem V. Exa. em trazer ao debate deste Plenário um assunto de tamanha envergadura e importância. Entretanto, respeitando o seu ponto de vista, peço vênha para discordar dele. Sobre tudo do aparte que lhe foi conferido pelo Deputado Luiz Roberto Soares, quando aduziu à sua argumentação, a de que tal anteprojeto se constituiria em função do que dispõe o Artigo 26 nos seus vários itens do Parágrafo único em uma lei de caráter estrutural em que, portanto, deveria ter uma tramitação diversa das leis ordinárias. O item do Parágrafo único do Artigo 26 diz que serão consideradas leis complementares, entre outras, outras leis de caráter estrutural incluídas nesta categoria, pelo voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa. Portanto, a lei para ser considerada de caráter estrutural necessita, na forma do que dispõe a Constituição, do voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembleia desde que não esteja incluída nesta categoria estrutural. As outras leis necessitam do voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembleia para ser considerada lei estrutural. Este o primeiro argumento que entendo, sob este aspecto de tramitação deste projeto na Assembleia, até prova em contrário, é válido. Em segundo lugar, sr. Deputado, V. Exa. reclama maior prazo para o debate deste anteprojeto oriundo de Mensagem Governamental. Entretanto, sabe V. Exa. que esta Assembleia entrará em recesso no próximo dia 5.

O SR. MUGGIATI FILHO — Devo ter sido mal entendido. Não reclamo maior prazo. Reclamo outro rito.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Demandaria maior prazo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Evidentemente.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Se formos dar outro rito de tramitação, S. Exa. invoca o Parágrafo 3.º do Artigo 25 da Constituição do Estado, solicitando a aprovação desta Assembleia. Caso a Mensagem não fosse aprovada dentro de 45 dias, teríamos o projeto aprovado nos termos deste parágrafo do Artigo 25. Se a Assembleia vai entrar em recesso no próximo dia 5, não teríamos condições, mesmo dando maior prazo, de analisar da forma que V. Exa. deseja. Por isso é que os membros da Bancada do Governo nesta Casa apressaram-se, diante da exiguidade do tempo, a exarar seus pareceres, a fim de que esta Casa participasse da aprovação deste Projeto. A Comissão de Constituição e Justiça o aprovou por não ver nele inconstitucionalidade. A Comissão de Finanças, pelo Sr. Deputado Lopes Jr., reclama maior oportunidade, o que V. Exa. reclama, maior oportunidade de discussão. Entretanto, tendo em vista a exiguidade do prazo, uma vez que esta Assembleia entrará em recesso dia 5, é que houve dos Deputados, não apressamento, nem adocamento, mas apressamento não estudo da matéria a fim de que assunto de tamanha importância não ficasse fora dos debates desta Assembleia, além do que a própria mensagem governamental, feita na área competente do Governo do Estado, nos leva a crer que este assunto foi exaustivamente estudado na área do Poder Executivo.

Evidentemente, isto não elimina a possibilidade do direito que temos de reestudar novamente o assunto.

Entretanto, apenas para finalizar, não creio que fosse útil à Assembleia, ao Paraná, ao nosso Estado, maiores delongas nesta aprovação da medida legislativa. Era o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu agradeço o aparte de V. Exa. e apenas para não perder a oportunidade lamento que não possa realmente convir com V. Exa. Para V. Exa. é o Sr. Governador quem marco o prazo, para mim, é a lei ou a Constituição. E este prazo pedido pelo Governador se enquadra nem na lei nem na Constituição.

Logicamente, a Casa não pode se submeter a uma vontade pessoal mas só à vontade da lei.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa. a oportunidade que novamente me dá para comentar o aparte do nobre Deputado Cândido Manoel Martins, cujo saber jurídico neste momento, louvo e aplaudo. Todavia, máximo data vênha eu divirjo do ponto de vista esposado pelo nobre Deputado Cândido Manoel, pela seguinte razão:

Realmente, a Constituição dispõe que a lei estrutural será aquela em que a Assembleia pela maioria dos seus membros assim decide.

Ora, em nenhum momento proposto ao Plenário da Casa assim se decidiu. Então na minha opinião o defeito se agrava, e o processo legislativo pelo qual tramitou não é o adequado. Porque pouco importa que tenha deixado de ser votado pela maioria da Casa conferindo a lei, o caráter estrutural que ela efetivamente tem. E baseando-se em um princípio jurídico que o ato nulo não produz efeitos, acredito que estes procedimentos interprocessualísticos obedecido pela lei esta contaminado, está viciado, padece inequivelmente de defeitos técnicos que podem ser sanados. E a segunda observação V. Exa. já se adiantou em responder, o prazo que a Constituição estabelece para a aprovação automática, só prospera e vigora na eventualidade do Regimento Interno.

Se por acaso, o sr. Governador encaminhasse Mensagem por exemplo, da Lei Orgânica dos Municípios, teria que obedecer ao que dispõe o Regimento Interno, não poderia ser aprovado dentro de 45 dias conforme dispõe a Constituição por ter automaticidade a aprovação. E somente assim poderia continuar fiel ao entendimento de que o rito obedecido pela tramitação deste anteprojeto não está adequado e não se conforma com as normas que o regem. Era o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte.

O sr. Cândido Manoel Martins — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu solicitaria apenas mais uma intervenção para fixar o meu ponto de vista, pois parece que infelizmente, não fui bem explícito ao expô-lo, uma vez que V. Exa. parece não ter entendido.

Quando eu alegava que no dia cinco entraremos em recesso, se até lá, não tivermos aprovado esta Mensagem, nós incorreremos na invocação do Art. 25, do § 3.º que o sr. Governador invocou. S. Exa. não quis se colocar acima da lei ou acima do Regimento Interno da Assembleia. Ele apenas invocou um dispositivo legal que a Constituição lhe facultava quando diz no § 3.º do Artigo 25 que o sr. Governador poderá enviar à Assembleia Legislativa do Estado, projetos de Lei sobre qualquer matéria que se assim o solicitar, serão apreciados dentro de 45 dias, a contar de seu recebimento, salvo matéria estatutária.

Portanto, o Sr. Governador invocou o dispositivo da Constituição, já invocou noutra oportunidade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Salvo matéria estatutária.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Exatamente. Está enquadrada perfeitamente a evocação do Sr. Governador, este artigo está perfeitamente dentro da norma da Constituição. Estou exarando a minha opinião.

O SR. MUGGIATI FILHO — Ele está ferindo o Regimento Interno da Casa.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Na opinião de V. Exa.

Admito e respeito a sua opinião e o seu ponto de vista e entendo que neste caso específico o Sr. Governador tinha o direito de invocar esta legislação prevista no artigo 25, § 3.º da Constituição Estadual.

Se não apreciarmos esta matéria até 5 de dezembro, não teremos mais oportunidade de fazê-lo e o projeto será automaticamente transformado em Lei, por força de disposição constitucional.

Portanto, sr. Deputado, apenas para salvaguardar a posição do sr. Governador do Estado; ele não se colocou acima da Lei; ele invocou o dispositivo da lei.

Respeito o ponto de vista doutrinário de V. Exa. Entretanto acredito que este problema está sendo levantado hoje tardiamente no Plenário da Assembleia. Uma vez que estamos na eminência de entrar em recesso. E se quisermos concordar com o ponto de vista doutrinário de V. Exa. estaremos chovendo no molhado. Até dia 5 não teremos condições de aprová-lo. E a lei estaria automaticamente aprovada dentro de 45 dias.

Era este o aparte.

O Sr. Antonio Lopes Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Muggiati Filho pedi este aparte para um depoimento e para uma defesa. Depoimento no sentido de louvar a atitude do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Maurício Schulmann que iniciou esta consolidação de Leis, sobre o ICM, submeteu-a às Federações de Comércio, à Associação Comercial, para o debate. É louvável a atitude de S. Exa. entretanto deste mesmo debate, estava fora, esta Casa de Leis. Não teve a Assembleia, a oportunidade de debater e estudar. V. Exa. tem plena razão. E eu peço desculpas para discordar do ilustre Deputado Cândido Martins quando ele diz que é uma oportunidade da Assembleia participar. Participar eu entendo, não apenas votar; participar eu entendo discutir, estudar, debater e isto, infelizmente, não tivemos a oportunidade de fazer. Eu louvo portanto, a atitude de V. Exa. porque sou advogado e tenho grande satisfação quando vejo que um meu colega advogado quer defender a lei acima de tudo. Se nós advogados começarmos a mutilar a Lei; o que seria da lei neste país? E sobre tudo o que iriam dizer daqueles que se arrogam o direito de defender o direito, a justiça, a liberdade, a legalidade. Estamos aqui para isso. E o assunto, entretanto não foi debatido. A Comissão de Justiça analisa o aspecto legal; é legal. A Comissão de finanças analisa o aspecto financeiro; se traz vantagens financeiras para o Estado. Mas do valor, do sentido, do mérito desta lei, que comissão estudou? Esta é uma pergunta que fica no ar, que na realidade não tem resposta.

Mas agradeço o aparte.

Na realidade não tem resposta. Agradeço o aparte, louvo a oportunidade que V. Exa. me dá e quero que fique registrado nos Anais desta Casa, para que amanhã ou depois, daqui a vários anos, meus filhos e netos não tenham que se envergonhar e dizer que seu pai e avô, que se arrogava bacharel, votava a torto e a direito e não entendia nada de leis.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço o aparte do Deputado Antonio Lopes Jr. cujo depoimento recebo como um subsídio dos mais valiosos a este esforço de fazer com que este Projeto em exame tenha o seu curso normal nesta Casa.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estive folheando os autos do processo e verifiquei que este projeto teve entrada na Casa e foi protocolado no dia 26 de outubro. Portanto, de 26 de outubro a 26 de novembro, estaríamos completando um mês. Com mais

10 dias que a Casa fecha, são 40. Considerando que segundo a Constituição este prazo que o Governo pode usar não corre no recesso, acho que este prazo, de início foi mal solicitado, porque não haveria tempo da Assembléia aprovar a matéria em 45 dias. Parece-me que este problema de prazo de 45 dias não cabe mais discutir, porque se não corre no recesso e se não se completou ainda 45 dias até o início do recesso, este problema está fora de debate. O que me parece mais certo, segundo se pode ver pelos debates, seria submeter à apreciação da Casa, segundo dispositivo constitucional, se a Casa considera ou não esta lei como de caráter estrutural. Se isto ocorrer pela manifestação do Plenário, acredito e é de meu entendimento que o problema estaria resolvido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Em resposta ao ilustrado aparte de V. Exa., quero dizer que estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo a observância das disposições regimentais e V. Exa. faz com que eu registre mais um argumento.

Em primeiro lugar o volume da legislação que está sendo elaborada. São 60 folhas datilografadas e o artigo 65, que é o penúltimo, diz o seguinte: (Lendo):

“Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente a Lei n.º 5.463, de 31.12.66; os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.493, de 31.1.67; a Lei n.º 5.498, de 2.2.67; a Lei n.º 5.566, de 8.6.67; o artigo 4.º da Lei n.º 5.716, de 1.12.67; a Lei n.º 5.730, de 31.1.68; o artigo 6.º da Lei n.º 5.763, de 2.5.68; a Lei n.º 5.772, de 15.5.68; a Lei n.º 5.794, de 12.8.68; a Lei n.º 5.834, de 29.8.68; a Lei n.º 5.831, de 13.12.68; a Lei n.º 5.927, de 25.4.69; a Lei n.º 5.950, de 2.6.69; a Lei n.º 6.014, de 29.9.69; a Lei n.º 6.075, de 24.2.70; a Lei n.º 6.105, de 1.6.70 e a Lei n.º 6.179, de 10.12.70”, comprovando o que a Mensagem diz, em seu início, que se trata de uma consolidação de leis.

Consequentemente, a própria proposição ainda diz no parágrafo único, artigo 65, o que nos leva a crer que não se justifica o apressamento a título nenhum, nem que existe pressa, por parte do Governo, para que essa Lei seja apreciada acodadamente.

(Lendo): “Parágrafo único: Enquanto não forem expedidos os atos que composibilitam à aplicação dos dispositivos desta lei que não sejam autênticos, ou enquanto à aplicação de tais dispositivos dependa de métodos implantados de novos órgãos, serviços ou rotinas administrativas, continuam em vigor as normas da legislação tributária anterior, compatíveis com este diploma e com as normas gerais de direito tributário.”

Consequentemente, vamos introduzir uma reforma tributária no Estado do Paraná sem saber o que foi feito. Porque, a realidade é esta: ninguém, teve oportunidade de, meticulosamente, estudar este projeto.

E respeitando a cultura e a capacidade do ilustre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, S. Exa., num parecer restrito, a meia folha de papel, quando sabemos que os relatórios do eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira, principalmente no setor da Educação, são os mais longos e ilustrados que houve na Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, S. Exa. se viu forçado a uma esquematização, a dizer, inclusive a afirmar, que se trata de consolidação. E se trata-se de consolidação, o Sr. Governador invocou mal o artigo 25, § 3.º, da Constituição do Estado.

E também, como argumenta com notável propriedade o ilustre Deputado Armando Queiroz, de qualquer forma, não haveria o decurso dos 45 dias.

O que poderia haver é que esta Casa, quando vem à Plenário um projeto de lei que não é outorga de título de cidadania a quem quer que seja, que não é voto de louvor, ou de regozijo, não o aprecia devidamente. Mas, esta é uma matéria da mais alta relevância, da mais alta transcendência, para esta Casa, porque iremos outorgar ao povo uma nova legislação tributária, até mesmo reforma administrativa em grande parte das repartições fazendárias.

Esta Casa assume esta responsabilidade. Mas assumirá contra o voto do MDB. Este o nosso registro.

Contamos ainda que o nobre Líder do Governo que sempre teve, nesta Casa, o mais lúcido de todos os comportamentos, num entendimento com a realidade, reconsidere seu ponto de vista para que possamos demonstrar ao Paraná, pelo menos, que existe Assembléia Legislativa do Estado.

E porque aquilo que foi feito fora daqui não tem valor legislativo, vamos ouvir a Federação das Indústrias, a Associação Comercial do Paraná, a Junta Comercial do Estado do Paraná, ouvir a Universidade Federal do Paraná, vamos ouvir porque há tempo para que tudo isso se faça. E, principalmente, ressaltar a soberania do povo paranaense, aqui representada por 45 ilustres Deputados.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não pedi o aparte antes a V. Exa., porque estava embaldado no entusiasmo de V. Exa. ao finalizar seu brilhante discurso. Entretanto, apenas tendo em vista o aparte do Deputado Armando Queiroz, quanto ao prazo de 45 dias, dizendo que a mensagem chegou a esta Casa no dia 26 de outubro, portanto até o dia 5 de dezembro teríamos apenas 40 dias, para analisá-la, entendo que, ao contrário, se o governo invoca o prazo de 45 dias, tendo à sua frente 40 dias, para que a Assembléia se pronuncie, ele invocou bem. Se é certa e válida a tese de que no recesso não ocorre o prazo, e se seguirmos a argumentação do Deputado Luiz Roberto Soares, teríamos apenas 5 dias, no próximo ano, na próxima sessão legislativa, para uma reanálise de todo este projeto, que realmente é de fundamental importância.

Além disso, o Deputado Armando Queiroz sugere que se coloque em votação deste Plenário, se esta lei seria incluída na categoria de lei de caráter estrutural. Entretanto, o item 9, do parágrafo único do artigo 26, diz “outras leis de caráter estrutural, incluídas nesta categoria, pelo voto preliminar, por maioria absoluta dos membros desta Casa.” Voto preliminar, quando este Projeto já está em fase de votação, já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, portanto, é extemporânea na minha maneira de entender, essa forma de se proceder, tentando transformar o processo de votação, após aprovação da Comissão de Constituição e Finanças, de um projeto que já está em andamento.

O voto preliminar, significa que antes das comissões, ou deste Plenário, teria que se considerar, preliminarmente como matéria de caráter estrutural. Apenas isso, Sr. Deputado, e louvando o cuidado que tem V. Exa. para o debate e estudo dessa lei, concordando com V. Exa. na preservação da independência do poder Legislativo, que foi sempre a nossa tônica dentro desta Casa.

Mas entendo que a Assembléia não pode se alheiar na aprovação deste projeto, uma vez que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Finanças, com o relato, é verdade, descolorido e sem muita pretensão, deste seu humilde colega, mas que, numa análise, entendeu que o projeto não feria nenhuma prerrogativa constitucional ou ilegal.

E verdade que não entramos no mérito, que seria impróprio na Co-

missão de Constituição e Justiça. A Comissão de Finanças teve oportunidade de analisá-lo. Creio que essa é uma das funções da Comissão de Finanças, uma vez que é matéria atinente ao campo das finanças.

O SR. MUGGIATI FILHO — Uma vez mais louvo o aparte de V. Exa., porém, essa premissa, essa preliminar de que a Casa, tendo aprovado projeto em primeira discussão ou segunda, não pode voltar atrás, é totalmente inaceitável. Eu acredito que a Casa só não poderia voltar atrás depois de publicada a redação final de um projeto, ou estabelecida em terceira discussão. Mas, neste caso, não se trata de voltar atrás em discussão mas de dar a matéria o rito adequado, eu já concedo a V. Exa. o aparte, e não passar por cima de matéria vencida, porque se ela está num rito inadequado, ela está tramitando ilegalmente, nós estamos violando o que de mais sagrado existe, que são as nossas atribuições e todos nós devemos nos compenetrar, permitam que assim o diga, de que nunca é tarde para este alerta, porque se trata de uma matéria por demais importante e atravessada em Plenário, numa época em que todos os Deputados se encontravam ausentes. De modo que o requerimento que encaminharemos à Mesa, visa dar à Mensagem a observância das normas e dos Artigos 189 e seguintes do Regimento Interno. Vou conceder primeiramente o aparte ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares que o havia solicitado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — É um prazer voltar a debater com tão cultos e ilustres Deputados, principalmente para um tom da relevância de que a que se trata no presente momento. Eu só queria lembrar digo, aduzir ao que aqui já ficou consignado que, a Constituição Federal, e a Constituição Estadual, quando fixa o caráter de complementaridade das leis e no caso específico da Constituição Estadual que dispõe de outras leis de caráter estrutural incluídas nesta categoria estrutural pelo voto preliminar da maioria dos membros da Assembléia, não induz, segundo meu entendimento, matéria preclusiva, não há preclusão, não sei como se poderia arguir preclusão na matéria.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não se trata de cogitar se é lei ordinária ou lei especial. O que me parece importante aí também é justamente esta parte que não se trata simplesmente de um texto de lei de legislação em torno de uma matéria, em torno de um assunto, mas a consolidação de vários regulamentos e de textos legais que estão enfiados na proposição. Consequentemente consolidando, não codificando como V. Exa. diz bem porque fica uma parte de Direito Tributário ausente.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Exatamente. Apenas para concluir. De maneira que eu fico com a proposição do Sr. Armando Queiroz no sentido de que preliminarmente a Assembléia se manifeste quanto ao caráter estrutural não desta lei ora examinada e também só como argumento extra-jurídico, lembrou V. Exa. que a vigência da presente lei, embora o último Artigo determine que seja dia primeiro de janeiro de 73, não terá cabida, uma vez que haverá necessidade de uma série de reestruturações nos órgãos administrativos que irão aplicá-la. Por esta razão não vejo porque deixar de retransmitir esta mensagem dentro daqueles parâmetros que considero corretos. Isto é, obediência ao Regimento Interno que confere um rito especial para as leis complementares. Era apenas o que tinha a aduzir e agradeço a V. Exa. o aparte concedido.

O SR. MUGGIATI FILHO — Vou conceder ao Líder o aparte e em seguida a V. Exa. Ele tem privilégios.

O Sr. João Mansur — Deputado Muggiati Filho, V. Exa. tem acompanhado através dos anos o nosso comportamento nesta Casa e a maneira com que sempre nós procuramos conduzir todas as matérias em pauta e que são submetidas à apreciação dos Srs. Deputados e quantas vezes referimos da Ordem do Dia mensagens, projetos, para que fossem melhor analisados, mas com relação a esta matéria de tanta importância e da qual estou convicto pelos estudos que foram feitos através desta equipe, embora V. Exa. entenda de que esta Casa não teve assim, o tempo necessário para melhor estudá-la, mas as Comissões Técnicas que foram ouvidas e são as Comissões Técnicas através dos Srs. Deputados, que representam esta Casa naquela Comissão, que deram seu apoio e aprovaram e queriam, nobre Deputado Muggiati Filho, apelar a V. Exa. e V. Exa. verificou no final da mensagem o cuidado em que esta mensagem teve e que era o início de uma reforma através de uma consolidação de leis e que dependerá de muito mais estudos ainda. De modo que temos que dar este início e nós teremos se porventura no decorrer do próximo ano, alguma matéria dessa, vir ferir os interesses da indústria e do comércio, esta Casa, através da revogação deste ou daquele artigo, terá certamente o remédio necessário na solução do problema.

Razão porque, estou convicto nobre Deputado, respeitando o ponto de vista de V. Exa. e cumprimentando-o mais uma vez pelo zelo com que V. Exa. sempre trata dos assuntos aqui nesta Casa, quero adiantar a V. Exa. de que vamos dar apoio, porque ela realmente foi bem estudada. Se não o foi por esta Casa através dos Srs. Deputados, foi por uma equipe de homens que nada mais querem do que dar ao Paraná uma lei que possa vir em auxílio à administração pública do Estado principalmente nos municípios do Paraná. Era o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradecendo o aparte do ilustre Líder do Governo nesta Casa, peço-lhe perdão por usar desses mesmos argumentos, mas em favor desta Casa.

Se o próprio projeto reconhece que deve ser feita uma reforma e que esta reforma não será imediata, não se justifica o apressamento do processo, não só o apressamento, mas sim, a violação do preceito legal.

V. Exa. tem obtido, às vezes até, em condições de dependência do voto da Bancada da Oposição, inclusive para dar número nesta Casa, o apoio e aprovação em caráter de urgência, muitas vezes até com muita urgência. As mensagens do Governo do Estado que são mensagens claras, mas apenas não incluem uma matéria tão complicada e de tamanha importância e envergadura. Com relação ao futuro, esta matéria poderá ter repercussão no próximo ano, nem em 74 mas é possível que dentro de cinco anos uma legislação desta natureza, se constitua até numa calamidade. E a nossa responsabilidade estará lá e será arguida por aqueles que indagarem quem legislou.

De modo que peço perdão a V. Exa. Não se trata de questão pessoal nem de negar apoio, a codificação é uma necessidade, nós somos os primeiros a reconhecer isto, é necessário que se codifique a legislação tributária. V. Exa. teve a oportunidade de ouvir a leitura do número elevado de leis que são revogadas. Para se praticar um ato, hoje, no campo tributário do Estado do Paraná, e deve ser assim, em todo o Brasil, em contraposição ao código tributário nacional que existe e que é claro, que é limpo, cristalino, é preciso advogados especializados. Firmsas se constituíram no Paraná, não só em Curitiba, mas no norte do Estado para atenderem casos específicos de legislação tributária pois os advogados não suportam

mais o peso da existência de um grande número de leis sobre a mesma matéria. Então, esta consolidação é uma necessidade imperiosa. Mas, temos apenas a pretensão de que ela saia sem o crivo de uma nulidade, sem que se possa dizer que foi aprovada sem a observância dos preceitos de leis e da própria Constituição. Tem o aparte o Deputado Armando Queiroz.

O Sr. Armando Queiroz — Sr. Deputado, no meu aparte anterior eu abordava o problema de que consultar à Casa através da votação se deveria ou não considerar esta lei de caráter estrutural.

Em aparte, o nobre Deputado Cândido Manoel disse que esta consulta agora, seria intempestiva. Nós estamos diante de um fato consumado, a matéria já está em segunda discussão e não haveria mais condições de se ouvir a Casa sobre esta manifestação preliminar.

Mas, Sr. Deputado, tratando-se como se trata realmente de uma lei de extraordinária importância, seria no meu entendimento de interesse da própria Casa que este pronunciamento ocorresse. Porque, ao que tudo indica, Sr. Deputado, quando a Mensagem chegou neste Poder deveria a Comissão Executiva consultar preliminarmente a Casa, se deveria receber a matéria como projeto comum, ou sobre uma lei com características de consolidação. Isso não foi feito. Dei a conclusão de que a Presidência entendeu que era uma lei simples, comum e portanto o rito deveria ser o ordinário, o normal. Ocorre que o problema só surgiu neste Plenário, exatamente hoje. Porque mesmo no decorrer dos debates que se travaram na Comissão de Justiça a qual esteve presente V. Exa. o problema não foi levantado. E não sendo levantado naquela ocasião, me parece que para resguardar esta lei de qualquer nuança de nulidade, me parece que esta Casa deve apreciar o projeto.

Era o meu aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado. Já havia encerrado, e agradeço ainda o oportuno aparte de V. Exa., porque meu tempo também está esgotado. Muito obrigado. (com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra a presença honrosa na Casa do Sr. João Jacinto Mesquita, Prefeito Municipal de Matinhos.

Está encerrada a discussão do Projeto. Em votação.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando que o Projeto de Lei n.º 195-72, seja votado dentro das normas legislativas. — Rejeitado.

Em votação o Projeto de Lei n.º 195-72. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58-72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre energia elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a COPEL assumirá, em empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de Urgência. — Aprovado.

Passaremos à apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 72-70, transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 335, numa extensão de 49 quilômetros. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 91-70, cria uma Escola Normal de grau Secundário no Município de São João do Caiuá. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 290-70, cria a Escola Normal de Itambaracá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 74-71, autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 106-71, autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 150-71, autoriza o Poder Executivo celebrar através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o Rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163-71, autoriza o Poder Executivo a construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 248-71, autoriza o Poder Executivo denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux", um Estabelecimento de Ensino Primário desta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 260-71, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Pottinga. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 279-71, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos Distritos de Serro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 282-71, autoriza o Poder Executivo denominar Acyr Hafez José, um dos Grupos Escolares desta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23-72, autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de Rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24-72, declara de Utilidade Pública, a Liga Regional de Futebol da Cidade de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32-72, declara de Utilidade Pública, a Associação "Lar de Meninas da Cidade de Francisco Beltrão". — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33-72, autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telmaco Borba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 61-72, autoriza o Poder Executivo criar no Banco do Estado do Paraná S. A., a Carteira de Financiamento da Educação e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81-72, declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92-72, declara de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 109-72, autoriza o Poder Executivo transferir de Godolina Godolfim Schultz, para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela Lei n.º 2.334, de 3-3-52, alterada pelas Leis n.ºs 2.290 e 1.912 de 18-5-54. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 113-72, declara de Utilidade Pública, a Guarda Mirim da Cidade de Bela Vista do Paraíso. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 119-72, concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Coronel Rodolpho Gustavo da Faixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5.a Região Militar. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste ao de Ampére, numa extensão de 53 quilômetros. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Em regime de urgência. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77-72, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo através do D.E.R., a firmar convênio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento na estrada que liga a sede do referido Município à BR-376 — Rodovia do Café. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 56-72, encaminhando anteprojeto de Lei dispondo sobre abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.253 de 3-12-71, para despesas com "Contribuições de Previdência Social". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de urgência. Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35-72, ex-Proposição n.º 192-72, aprova Convênio celebrado em 9-8-72, entre o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Florestópolis, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante doações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do referido Município. — Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36-72, ex-Proposição n.º 198-72, aprova o Convênio firmado em 12-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e demais Estados Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai (CIBPU), objetivando extinção da referida Comissão Interestadual. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Plançita, Município de Santo Antônio do Sudoeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Em regime de urgência. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95-72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, o Instituto Bíblico Batista A. B. DETER, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 39-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva, a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5-11-63 e 54-63, de 22-11-63 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Com substitutivo geral. Regime de urgência. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 40-72, encaminhando anteprojeto de lei, que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Regime de urgência. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, assegura o Direito de lecionarem o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861 de 5-7-69 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Regime de Urgência. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-72, de autoria do Dep. João Mansur, autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército em Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 51-72 — encaminhando anteprojeto de Lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados a subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189-72, de autoria do Dep. Emílio Carazzal, autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n.º 5.204 de 10-12-65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 289-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, o Rolo Compactador com características que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 289-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, um Rolo Compactador com as seguintes características: Sociedade dos Motens, 180 deulevand rabateau, marseille, type D B 2 n.º 52.526, Type do 14 n.º 1650 Albaret, Rauliquy Oisf.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

O Rolo Compactador em apreço, pertencente ao 4.º Distrito Rodoviário, com sede em União da Vitória, encontrava-se completamente danificado na estrada União da Vitória-Palmas. O Chefe do distrito cedeu o mesmo à P.M. de Palmas, desde que esta o recuperasse. A Municipalidade procedeu todos reparos necessários, colocando-o em pleno funcionamento. Muito justo, agora, que se faça a doação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 289-71

PARECER

I — Com o presente plano de Lei, pretende o ilustre Deputado Quiesla Crisóstomo da Silva, doar ao Município de Palmas, um Rolo Compactador, com características especificadas.

II — Trata-se de mera autorização legislativa, não ferindo, portanto, nenhum dispositivo constitucional ou legal.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Luiz R. Soares — Relator

Muggiati Filho

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

Erondy Silvério

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 128-72, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima", do Município de Guaraniaguá. Parecer favorável da C.C.J. **COM SUBSTITUTIVO.** — Aprovado

PROJETO DE LEI N. 128-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública Estadual a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima" do Município de Guaraniaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1972.

a) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, sociedade civil de direito particular, de caráter beneficente, cultural, educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, tem por fim a prestação de ensino em seus vários graus, o amparo à infância, a juventude, aos pobres e desvalidos, bem como o cuidado espiritual e moral do povo: A profícua e benemérita função social exercida pela mesma, justificam plenamente o presente projeto de Lei que no momento submeto à apreciação dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 128-72

AUTOR: Dep. Antônio F.F. da Costa Filho

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, do Município de Guaraniaguá.

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei, em tela, é autorizar o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima", do Município de Guaraniaguá.

A entidade enfocada, é uma Sociedade Civil, de caráter beneficente, cultural, educacional e de assistência social, que vem prestando os mais relevantes serviços à coletividade do Município de Guaraniaguá.

Sob o aspecto legal e constitucional, a proposição é escoreita.

Quanto à oportunidade da medida, nada há a contestar.

Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovidio Franzoni — Cândido M. de Oliveira — Igo Losso — Muggiati

Filho — Santos Lima

SUBSTITUTIVO

AO PROJETO DE LEI N. 128-72

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima", do Município de Guaraniaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 164-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 164-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1972

a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

A UMESC é entidade que, precipuamente, tem finalidade nobres, conforme atestam os Estatutos que acompanham esta proposição.

Agremiando estudantes curitibanos dos estabelecimentos de ensino secundário e do grau médio, coordena-lhes as atividades, propiciando-lhes assistência diversificada.

Entendemos, portanto, perfeitamente cabível que se reconheça na UMESC o caráter de Utilidade Pública, que efetivamente tem.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 164-72

AUTOR: Deputado Maurício Fruct.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC.

P A R E C E R

Pretende o ilustre autor da proposição em exame que se declare por Lei que a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba é de Utilidade Pública, o que está fartamente comprovado através de seus próprios Estatutos.

A matéria é de competência indiscutível da Assembléia Legislativa, mesmo em sua iniciativa.

Nada a opor, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Santos Lima — Ovidio Franzoni — Cândido M. de Oliveira — Igo

Losso — Erondy Silvério

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 37-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 77-71, aprova o Convênio de ajuda financeira celebrado em 25-3-71, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis, com objetivo de beneficiar o ensino da Região, conforme específica. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGENCIA.** — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 37-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis, com o objetivo exclusivo de beneficiar o ensino da região, conforme específica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 77-71

SÚMULA: Mensagem Governamental n. 35-71, encaminhando cópia do Convênio celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura de Carlópolis.

P A R E C E R

A presente Proposição refere-se à Mensagem Governamental n. 35-71, encaminhando à esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, a cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira, celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis.

Sob o aspecto legal e constitucional a proposição é escoreita.

Opino pela aprovação da forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Muggiati Filho — Santos Lima — Jorge Sato — Erondy Silvério

MENSAGEM N. 35-71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

PROPOSIÇÃO N. 77-71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDOLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

Termo de convênio de ajuda financeira que entre si fazem o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Carlópolis:

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e hum na Seccional Jurídica da Secretaria de Educação e Cultura, nesta ato representada pelo Sr. Haroldo Souto Carvalho, Secretário de Educação, deste Estado, e de outro lado a Prefeitura Municipal de Carlópolis; deste Estado, neste ato representado pelo Sr. Homero Ravedutti, Prefeito Municipal, a seguir denominados, respectivamente, de Secretaria e Município de Carlópolis firmam o presente convênio de ajuda financeira ao ensino, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

A Secretaria, nos termos do art. 1.º, do Decreto n. 4.251 de 6 de março de 1967, concederá ao Município de Carlópolis uma ajuda financeira no montante de Cr\$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para o ano de 1970.

SEGUNDA

O Município de Carlópolis obriga-se a empregar essa importância exclusivamente em benefício do ensino na região, podendo aplicá-la na aquisição de material, equipamento escolar, construção ou ampliação de prédios, e pagamentos de professores.

TERCEIRA

Das importâncias recebidas o Município de Carlópolis deverá prestar contas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento, sob pena de responsabilidade e de lhe ser vetado qualquer auxílio futuro perante esta Secretaria, além das demais sanções previstas no art. 23 e seguintes do mencionado Decreto n. 4.251, de 6 de março de 1967.

QUARTA

A Secretaria reserva-se o direito de fiscalizar, por seus órgãos competentes, na conformidade dos arts. 17 e 18 do mesmo Decreto.

QUINTA

A presente ajuda financeira correrá por conta da Dotação do Sub-Programa 71.60.5001.02, subconsignação 3.1.5.0.01, empenhada na Contadoria Seccional sob n. 498 e na Contadoria Geral do Estado sob n. 2.203, Despesas do Exercício Anteriores.

SEXTA

O presente convênio só terá vigência plena após o competente registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, por haverem assim convencionado foi lavrado o presente termo de cooperação, que será assinado pelas partes interessadas e por duas testemunhas, do qual se fornecerá traslado ao Município de Carlópolis, à D.E.M.P. e a quem mais de direito.

- a) HAROLDO SOUTO CARVALHIDO
Secretário de Educação e Cultura
- a) P.F. HOMERO RAVEDUTTI
JORGE DA SILVA

TESTEMUNHAS:

- 1 — Hyadálva O. Frederico
- 2 — Diva de Almeida

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência vai atender a solicitação do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, esclarecendo o Plenário da Casa, oficialmente, como encareceu S. Exa. sobre a “data em que será escolhida a nova Mesa”.

Cabe esclarecer, preliminarmente, que a fixação de data para a renovação da Mesa não é a resultante tão somente, de uma manifestação de vontade da Presidência, nem mesmo a simples exteriorização de um atendimento seu.

É a consequência, isso sim, de compulsório atendimento dos imperativos legais que regem a matéria.

É o que se verá, em seguida:

O Regimento Interno em vigor, em seu Capítulo I, após estabelecer as normas a serem obedecidas nas sessões preparatórias de instalação da Legislatura — por sinal, desde 1947, a 1.º de fevereiro, imutavelmente — dispõe em seu Art. 12:

“Nas sessões legislativas subsequentes à inicial de cada Legislatura, a primeira sessão preparatória se iniciará sob a direção da Mesa anterior, dois dias antes do designado para o início dos respectivos trabalhos, procedendo-se, então, à eleição da nova Mesa, observadas as normas deste capítulo”.

Por sua vez, a Constituição do Estado, Art. 15, redação dada pela Emenda Constitucional n. 4, reza:

“A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro”.

Srs. Deputados, considerando que o mandato constitucional fixa a data de 1.º de março para início da sessão legislativa;

considerando, ainda que a disposição regimental própria determina que a primeira sessão preparatória se realize dois dias antes do início da sessão legislativa, não resta a esta Presidência outra alternativa senão a de atender ao que foi solicitado pelo nobre Deputado Sebastião Rodrigues com o seguinte esclarecimento:

A NOVA MESA SERÁ ELEITA EM SESSÕES PREPARATÓRIAS QUE TERÃO INÍCIO À HORA REGIMENTAL, NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 1.973.

Era o esclarecimento que cabia fazer.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando sejam retiradas as Emendas de sua autoria oferecidas ao Projeto de Lei n. 202-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, referente a resposta ao pedido de informações endereçado ao Sr. Secretário de Viação e Obras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da Tribuna, solicitando apelo aos Srs. Ministro da Fazenda e Ministro dos Transportes e Ministro do Planejamento, no sentido de serem incluídos os veículos de propriedade dos sindicatos de trabalhadores e das entidades assistenciais na relação dos isentos do pagamento da Taxa Rodoviária Única. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 130-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 50.º aniversário da fundação da Colônia Leta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para o Projeto de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final a diversos Projetos de Lei e de Resolução. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei ns. 53-72, 54-72 e 175-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 197-72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução ns. 30-72, 31-72, 32-72, 33-72 e 34-72 e dos Projetos de Lei ns. 144-71, 156-61, 240-71, 249-71, 79-72, 101-72, 102-72, 106-72, 138-72, 145-72, 154-72, 157-72, 160-72, 174-72, 199-72 e 203-72.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 54-72, 95-72, 143-72, 146-72, 175-72, 177-72, 187-72, 189-72, 195-72 e 198-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 289-71, 128-72, 164-72, 202-72 e 37-72.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 30-72 e dos Projetos de Lei ns. 65-72, 130-72, 131-72 e 197-72.

Levanta-se a Sessão.